

---

# CAMINHOS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Lílian Maria de Lacerda\*

## RESUMO

O título reporta-se a algumas considerações sobre o ensino da leitura e da literatura numa sociedade cujo processo de formação e de instrução pública está em discussão e desenvolvimento. Rever a sociedade império-republicana, entre meados do século XIX e o início do século XX, implica, no interior deste artigo, problematizar algumas de suas práticas, entre elas, as de escolarização. Nesse sentido, reaproprio-me de uma parcela da produção historiográfica com a qual venho debruçando-me, tais como: textos de época, autobiografias femininas, teses e artigos científicos. Essa documentação ajuda a elucidar alguns aspectos sobre essa sociedade, seus modelos de socialização do conhecimento e o papel da escola nessa dinâmica.

**Palavras-chave:** leitura, educação, feminino.

A abordagem retrospectiva privilegiada neste artigo apóia-se, fundamentalmente, em dois tipos documentais utilizados na investigação sobre a leitura feminina e suas práticas no Brasil imperial-republicano.<sup>1</sup> A primeira documentação reporta-se aos inventários auto-biográficos femininos e o que eles desvelam sobre o contexto socioeducacional.<sup>2</sup> A segunda documentação refere-se ao inventário socioistoriográfico reunido a partir de dissertações, teses, livros e artigos sobre o mesmo período.

Nesse sentido, essa documentação (ou parte dela) é reapropriada como fonte interpretativa de uma sociedade, cujos modelos de educação e de socialização do conhecimento deixam rastros marcantes sobre os caminhos da leitura e da literatura.

No século XIX coexistiram, no Brasil, diferentes modelos de instrução e de formação, o que equivale dizer, modelos de educação dentro e fora da família. É um período que precede a implantação de equipamentos educativos institucionais em todo o território nacional, extensivos à maioria da população. Isso só se consolida, de fato, após a proclamação da República.

Esses modelos, em alguns contextos, sobrepujam-se, embora a legislação de 1827 apontasse para a consolidação do ensino público no Brasil, o que significa a institucionalização de aparatos mínimos à regulamentação e ao funcionamento de estabelecimentos de educação formal. Nesse cenário, os padres opunham-se aos modelos de educação estrangeira; acirrava-se o debate em favor de uma educação que preservasse os valores morais e católicos<sup>3</sup> e, como se sabe, a história da educação segue itinerários distintos quando interpretada por variantes sociológicas, tais como: a educação das meninas e dos meninos, a de pobres e ricos, a de brancos e negros.

Anterior a 1827, observa-se na Constituição outorgada pela Coroa em 25 de março de 1824, a preocupação em assegurar um destino seguro à instrução. Na carta monárquica encontram-

---

\**Pós-doutoranda pelo Centre de Histoire Culturelle et Sociétés Contemporaines/ Université de Versailles, en Saint – Quentin – Yvelines. Doutora pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação/Universidade Federal de Minas Gerais.*

<sup>1</sup>*Resultado de minha tese de doutorado intitulada: Album de leitura: memórias de vida, histórias de leitoras, 1999.*

<sup>2</sup>*Refiro-me, particularmente, ao “corpus” de 35 depoimentos, publicados por diferentes memorialistas brasileiras, nascidas entre 1843 e 1917 (ver Album de leitura: histórias de vida, memórias de leitoras, 1999, p. 76-77).*

<sup>3</sup>*Outras formas de educação adotadas foram aquelas assumidas por padres ou irmãs de caridade. Havia os colégios confessionais, masculinos e femininos, voltados para o público interessado na vida religiosa além de orfanatos destinados às camadas sociais mais desprestigiadas.*

---

se os rudimentos em direção à instrução primária e gratuita a todos os cidadãos. Porém, naquele momento, a Educação submeteu-se às decisões do Ministério do Império, o que significa, às decisões de uma pasta eminentemente política e frágil em relação à direção dos assuntos específicos da educação. Portanto, a primeira definição oficial sobre o assunto só aparece cinco anos depois da Independência do Brasil, a qual estabelecia a criação de institutos primários em todas as cidades, vilas e lugares populosos da Nação. Todavia, a medida legal foi aplicada apenas parcialmente.

O uso atual e corrente da expressão *direito à educação* representa, de fato, naquele contexto, algo que está muito longe de ser objetivado pela sociedade imperialista brasileira. Essa nomenclatura alia-se a uma construção histórica específica, a qual pode ser examinada à luz das discussões recentes, divulgadas por estudiosos das Ciências da Educação e da Política.

Naquele momento os modelos de formação distinguem-se, genericamente, segundo a clientela a que se destinavam: meninos ou meninas, a natureza dos cursos (direito, medicina e engenharia), o nível de instrução (da educação primária à superior) e o tipo de sistema (público, particular, confessional).

O que se pode perceber é a existência de diferentes práticas socio-escolares, a exemplo, as aulas avulsas e particulares, ao mesmo tempo em que funcionavam educandários, colégios, escolas superiores e pensionatos masculinos e femininos de tempo integral.<sup>4</sup>

Parte significativa da formação das jovens estava a cargo da família. Era, de certo modo comum, a entrada na escola ou no colégio, a contratação de preceptoras ou de professores particulares para as aulas de dança, canto, piano, pintura, bordado e desenho.<sup>5</sup> Essas preceptoras, no caso das famílias mais abastadas, cuidavam da alfabetização das crianças, do ensino de outras línguas e das noções elementares de matemática. Não raro, as preceptoras, quase sempre de origem alemã, francesa ou inglesa, residiam na própria casa e assumiam a educação de todos os filhos – o que incluía a educação religiosa e os castigos corporais. Por vezes, também, a formação “intradoméstica”, nesse caso destinada às meninas, substituía a própria matrícula em um estabelecimento escolar, o que significa dizer, o acesso ao ensino formal.

Maria Paes de Barros, uma memorialista paulista, detalha a importância de tais preceptoras na formação dos filhos de brasileiros. Segundo ela, seu pai – o Comendador Barros – enviava os filhos para colégios internos da Europa, enquanto as meninas ficavam sob a responsabilidade de *Mademoiselle* – “bonita, inteligente, culta e hábil em trabalhos manuais e misteres de cozinha, falava diversas línguas, tocava, cantava e desenhava bem” (1998, p. 14).

As aulas ministradas por *Mademoiselle* eram todas em francês e alemão e, “enquanto a gramática francesa era decorada a fundo, limitava-se o ensino de português a minguados estudos no pequeno volume da Enciclopédia”.<sup>6</sup> Com essas aulas eram conciliados os trabalhos de agulha, a leitura em voz alta, a aprendizagem das regras da boa convivência e etiqueta social. Para tanto, contava-se com manuais de etiqueta, em circulação desde os séculos XVIII, na Europa.

---

<sup>4</sup>A esse respeito, ver os anúncios recuperados por Renault Delso, no livro: *O Rio antigo nos periódicos e jornais, 1969*, p. 67.

<sup>5</sup>Destaco alguns testemunhos, tais como: *Nabuco* (1973); *Dupré* (1969); *Teixeira* (1986) e *Octávio* (1974).

<sup>6</sup>Sobre livros enciclopédicos que circularam no Brasil, no século XIX, são muitos os de origem portuguesa e, posteriormente, brasileira, destinados ao ensino primário. Entre eles identifiquei: *Enciclopédia das Escolas* (de José Maria L. Coelho, Lisboa, 1857), a *Enciclopédia Popular* (de João José de S. Telles, Lisboa, 1857), o *Manual Enciclopédico para uso das Escolas d’Instrução Primária* (de Emílio A. Monteverde, com edições de 1865 e 1893), trata-se de uma obra com várias reedições e frequentemente citada por memorialistas, *Enciclopédia da Infância* (do italiano G. Bruno, traduzido por Vitória Colona), *Enciclopédia Primária* (de Joaquim M. de Lacerda) e outros (Pfrom et al., 1974, p. 186-188).

---

A liberdade que as preceptoras tinham na educação dos filhos, segundo depõe Maria Paes de Barros, obscurecia, por vezes, as figuras materna e paterna. Nesse *currículum* escolar desenvolvido estritamente nos limites da casa, não faltavam os castigos corporais e morais a fim de corrigir as infrações disciplinares, castigos absolutamente permitidos pelos pais que a tudo assistiam e a nada se opunham.

### **CAMINHOS D-ESCRITOS SOBRE A LEITURA**

Os processos de formação das leitoras, nos contextos das aprendizagens informais e formais, são reconstituídos pelas memorialistas levando-se em conta as lembranças do que leram e onde leram. Nesse sentido elas recuperam imagens sobre os estabelecimentos de ensino, as matérias escolares, os professores, o material de uso didático e, em alguns casos, os métodos de ensino, as condutas disciplinares e as práticas de aquisição da leitura e da escrita.

Estudei muito e com ardor. Também, não era poupada! Como tinha má caligrafia, tinha de perder imenso tempo a passar a limpo tudo que escrevia, não obstante ter de corrigir erros das outras que tinham bela caligrafia. A professora pôs na minha gramática Savenne a data de 1<sup>ª</sup> de agosto de 1860. Tinha eu, portanto, 10 anos incompletos. Tinha-se de decorar a Gramática Savenne e escrever verbos. Nunca encontrei a mínima dificuldade nos estudos, porém definhava a olhos vistos.” (MORAES, M. G. Quartim. *Reminiscências de uma velha*, p. 15).

Considerando que o material de uso e de aquisição da leitura, seja na escola, seja em outros modelos de instrução, revela apenas uma parte dos processos de formação e constituição das mulheres como leitoras, procurei, aqui, inventariar alguns títulos destinados à instrução escolar, o que isso desvela sobre aquela sociedade, suas formas de socialização do conhecimento e o papel relevante da literatura nesse processo formador.

Dentre a consulta realizada, poderia apontar “uma colleção de livros de leitura destinados às escolas primarias do grande imperio sul-americano”, coligidas por F. Adolpho Coelho, em edição ilustrada, cujo título é: *Leituras Escolares Brasileiras* (1<sup>ª</sup> série), editada por Teixeira & Irmão, em 1889, na cidade de São Paulo.

Segundo o autor, a Inglaterra e a Alemanha contam com escritores que dirigem seus textos à infância e, por isso, não têm dificuldades para a escolha de trechos para as leituras escolares. Esse modelo será paradigmático para divulgar uma nova tradição no Brasil, a partir da qual os poetas tornam-se acessíveis às crianças, pois escrevem tomando-as como leitores-modelos.

O projeto dessa primeira série – *Leituras Escolares Brasileiras* – compôs-se, portanto, pela análise de vários livros precedentes e em circulação no período, tais como os de Hilario Ribeiro, João Köple, Dr. Cesar Borges, Pereira de Carvalho, Achilles Monteverde, Cardoso de Figueiredo, Simões Raposo, Simões Lopes, João de Deus, Caldas Aulete, Padre Amado, Pope-Carpentier, Parent, Lebrun, Jost, Saffray, Bock, Techner, Gottlob, Auras e Gnerlich e A. Vogel. O que significa dizer reavaliar a literatura brasileira e estrangeira já destinada à formação e à divulgação do conhecimento a fim de divulgar outras tipologias textuais de uso escolar.

Esse livro organizado por Adolpho Coelho afirma-se como representativo dentro de um modelo pedagógico de leitura e, especificamente, do que é dado como conhecimento a ser lido. Trata-se, pois, de uma antologia infantil cujos tipos textuais estão recorrentemente mencionados nas reminiscências de diferentes autobiógrafas e, mais que isso, perdura como “receita” literária durante

---

muitas décadas do século XX. A obra reúne tipologias entre as quais: fábulas, contos infantis, descrições, poesias, ditados, apólogos, jogos infantis, rimas, conto em verso e conto folclórico. Assim, trata-se de uma obra que indica não apenas o que deve ser lido/ensinado, como também, reencena a literatura, agora, como recurso de transmissão de um certo conhecimento escolar.

Tal modelo é estabelecido por meio de textos curtos e de fácil memorização (leia-se: o “saber-de-cor”). A linguagem adotada não impõe barreiras entre quem escreve e quem lê e, ao mesmo tempo, está marcada por certos temas que vão constituindo esse saber “clássico”, compreendido aqui, como o saber ensinado em classe.

Dentre esse universo possível de impressos em circulação no Brasil, e levando-se em conta alguns escritores bastante citados pelas memorialistas, identifiquei uma edição de 1896 – *Contos da Carochinha* – cuja obra inaugural abre a primeira coletânea de literatura infantil brasileira publicada pela *Biblioteca Infantil da Livraria Quaresma*, no Rio de Janeiro. A coletânea traz 61 contos populares, morais e proveitosos de vários países, traduzidos e recolhidos como nos modelos da tradição local e oral. Os contos de Renault, dos Grimm e de Andersen somam-se às fábulas, apólogos, alegorias, lendas, parábolas, provérbios, contos jocosos e outros gêneros populares e literários voltados para a infância.

O que me parece importante é sublinhar como a literatura, tão presente nas narrativas do cotidiano, nos salões da corte, nos saraus festivos, nos debates políticos, nos jornais e revistas da época, nas práticas de oralização, nos teatros e nos recitais em família vai, cada vez mais, sendo “escolarizada”, ou seja, vai assumindo (tautologicamente) a forma de um conhecimento que é dado a conhecer e que constitui-se, também, como instrumento de ensino para outras aprendizagens escolares, como a leitura, a escrita, a história etc.

Nessa breve arqueologia de textos, há uma outra publicação que merece destaque. Tomo para exemplo a obra *Brasileiras celebres* de J. Norberto, publicada no Rio de Janeiro, em 1862. A nota de advertência escrita pelo próprio editor – B. L. Garnier – ajuda a elucidar certos usos e rumos da literatura no Brasil.

(...) A presente edição é destinada ao povo e adaptada ás escolas, aos mimos e aos premios que se offerecem ás senhoras ou se distribuem nas aulas, caso mereça a aprovação das respectivas auctoridades. Os brasileiros celebres, devido a penna não menos illustre do senhor conego douctor J. B. Fernandes Pinheiro, digno primeiro secretario do Instituto Histórico Brasileiro, formarão a segunda parte dèste trabalho e complectarão a galeria dos homens e mulheres celebres do Brasil (1862, nota de advertência).

É importante compreender o discurso de Garnier e seu apelo argumentativo frente ao contexto da época. Isso significa reconsiderar as disputas no comércio livreiro e o que isso representa quando uma obra é indicada para o uso escolar.

Em 1897, Josefina Alvares de Azevedo empenha-se no seu ideal de emancipação feminina publicando uma coletânea, intitulada *Galleria illustre (Mulheres celebres)*. Seguindo o modelo tradicional desse tipo impresso, ela reuniu um conjunto de biografias sobre as mulheres notáveis de todo o mundo. Essa coletânea era a terceira depois de duas outras. A primeira foi *A mulher moderna* que reunia trabalhos de propaganda em favor dos direitos das mulheres brasileiras, e que fora editada no início de 1891. A segunda coletânea *Retalhos* é composta, como sugere o próprio título, de diferentes trabalhos temáticos em torno da emancipação.

---

Embora muitos críticos da época tenham reconhecido o valor literário e histórico das obras de Josefina Alvares, de fato, não será casual que entre os livros de destinação escolar o livro *Mulheres celebres*, de Josefina Alvares de Azevedo, não tenha sido adotado pelas escolas primárias femininas do Rio de Janeiro. O autor e a coletânea escolhidos foram Joaquim Manuel de Macedo, autor de *Mulheres celebres*, publicada, também, pela editora Garnier, no Rio de Janeiro, em 1862.

Josefina Alvares de Azevedo publicou *Mulheres celebres*, fazendo oposição às obras, anteriormente editadas, tanto a de J. Norberto (*Brasileiras celebres*), quanto à de Joaquim Manuel de Macedo (*Mulheres celebres*). Ela reuniu outros talentos obnubilados e estabeleceu novo crivo para a seleção de sua *galleria*. Todavia, seu atrevimento teve um preço a pagar: o apagamento atribuído à obra enquanto outras eram indicadas a compor a galeria dos livros de uso escolar. O que significa, no contexto da época, contar não somente com a publicação do texto, mas, também, com uma tiragem em larga escala (LACERDA, 1999, p. 296-309).

No mapeamento de Regina Zilberman (1997, p. 23-24) os passos em favor de “uma pedagogia nacional” elucidam publicações de referência acerca dos primeiros livros em circulação desde o início do século XIX. De sua lista constam os títulos: o *Tesouro dos meninos*<sup>7</sup> – livro francês traduzido por Mateus José da Rocha; a *Leitura para meninos* – uma coleção de histórias morais publicada pela Imprensa Régia<sup>8</sup> em 1818, 1821, 1822 e depois em 1824; o *Terceiro livro de leitura* – um livro didático, de Abílio César Borges, com edição de 1890.

Para a instrução feminina aparecem, ainda, títulos tais como: o *Livro de Bonna* – nome atribuído à obra *O tesouro das meninas* – composto de histórias e de diálogos da mestra com suas supostas discípulas/leitoras. O conteúdo dessas histórias e diálogos era aprendido, memorizado e repetido, segundo relata Anna Ribeiro de Góes Bittencourt, memorialista baiana do século XIX. Na trilha das leituras de Anna aparece, ainda, o título *O tesouro das adultas*, da mesma autora, Mme. Leprince de Beaumont.

Os apontamentos de Anna Bittencourt referem-se, ainda, à semelhança desses títulos com as obras da tão conhecida Condessa de Ségur – escritora bastante citada durante as reminiscências como parte das leituras amenas das crianças e mocinhas do século XIX-XX. As memorialistas consumiram toda essa coleção (dita “feminina” cujos títulos reincidentes são: *As meninas exemplares* (1858), *Os desastres de Sofia* (1864), *As férias* (1860), *A casa do anjo da guarda*, *A fortuna de Gaspar*, *Um bom diabrete*, *O general Dourakine* (1866), *Que amor de criança!*, *João que ri* – *João que chora* (1865), *A irmã de Simplício* e *Braz e a Primeira comunhão*.<sup>9</sup> Livros lidos, todos ou quase todos, em língua francesa, segundo os costumes da época em relação à chamada “segunda língua”.

---

<sup>7</sup>Obra semelhante a essa foi o *Tratado da educação física e moral (para crianças de ambos os sexos)*, traduzido do francês em linguagem portuguesa, em 1787, de autor anônimo e com a licença da Real Mesa Censória. Segundo nos informa Rubens Borba de Moraes, através da *Bibliografia Brasileira do Período Colonial*, em 1790 um outro *Tratado da educação física dos meninos* foi publicado por um brasileiro, como o primeiro livro de puericultura. Rubens Borba e Ana Maria Camargo, na *Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro*, fazem menção ao primeiro livro para crianças, publicado no Brasil, e cujo título reúne uma *Collecção de Historias Moraes relativas aos defeitos ordinarios ás idades tenras, e hum dialogo sobre a Geografia, Chronologia, Historia de Portugal, e Historia Natural*. Essa obra data de 1818, e foi reeditada pela *Imprensa Nacional do Rio de Janeiro* em 1821, 1822 e 1824.

<sup>8</sup>Segundo Hallewell (1985, p. 37-39) os primeiros livros escolares brasileiros foram impressos pela *Imprensa Régia*.

<sup>9</sup>A *Editora do Brasil* reeditou a obra completa da Condessa de Ségur, traduzida e ilustrada para o Brasil. Junto à coleção para a infância, além dos títulos da Condessa, seguem títulos de escritores estrangeiros, tais como Lewis Carroll (*Alice no país das maravilhas* e *Alice no fundo do espelho*), Gautier (*As aventuras do Barão de Munchausen*), Cònego Schmid (*Ema de Taneburgo*) e Collodi (*As aventuras de Pinocchio*).

---

Sempre fui dada à leitura, mas os livros para crianças que existiam nas livrarias do Brasil eram só os que nos vinham da França. Entre esses, agradavam-me sobretudo os da Condessa de Ségur, de quem já falei. Vim a conhecer muitos deles de cor. Ambicionava chegar a lê-los todos. Isto demorou bastante porque são mais de vinte volumes. Trazem dedicatórias aos diferentes netos. Razão teve o grande crítico francês Émile Faguet dizendo que ela nasceu avó. Iniciei aos oito anos a tradução de um dos seus livros, creio que Diloy le Chemineau. Comecei-o com as melhores intenções de proporcionar alegria às minhas coleguinhas que não entendiam o francês. Cheguei, creio, até à página 10 (NABUCO, *Oito décadas*, p. 173).

Seguindo as pistas acerca de outras leituras com fins escolares aparecem as cartas de ABC e os livros de leitura (complementares à alfabetização) citados pelos testemunhos femininos e também coligidos por estudiosos, como Laurence Hallewell (1985, p. 143-146), Samuel Pfrom (1974, p. 154-204) e Marisa Lajolo (1996, p. 183-193). É o caso dos títulos: *A cartilha Castilho* (método português editado em 1846, em Lisboa), publicado no Brasil, a partir de 1850; o *Novo Alfabeto Pitoresco*, anunciado pelo *Almanaque de Laemmert* (de 1866); *A Cartilha Maternal ou Arte da Leitura* (de 1876), do poeta português João de Deus Ramos; *A cartilha Savenne* (s.d.); os *Contos Infantis*,<sup>10</sup> de Júlia e Adelina Lopes de Almeida (em meados de 1900); a *Gramática Coruja*, de Antonio Alvares Pereira Coruja (s.d.)<sup>11</sup> e a *Cartilha da Doutrina Católica*<sup>12</sup> – de estudo obrigatório e diário nas escolas entre 1850 a 1868 – do Pe. Ignacio Martins, da Companhia de Jesus.

As relações entre educação e religião são muito estreitas, também, nessa época. Seus desdobramentos implicaram, inclusive, no processo de consolidação de uma política em favor do livro escolar nacional o qual não se constitui sem a égide católica. Essa relação manifesta-se através da autoria dos textos, muitos deles escritos por religiosos e com grande aceitação nas escolas, colégios e nas famílias. Entre os títulos mais comuns, aparecem o *Método Castilho* que data de 1846, *Apostilas de retórica e poética* do Cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, que teve também publicada e destinada à escola uma outra obra cujo título é *Meandro Poético*, de 1864. Nessa mesma vertente é citado o compêndio *Corografia brasileira*, de 1817, e de autoria do Padre Manuel Aires de Casal.

Além dos livros destinados ao ensino das primeiras letras, é necessário dizer dos compêndios e enciclopédias citados recorrentemente. São tratados, gramáticas e livros de conhecimentos gerais: *Compêndio de geografia física e política*, *História grega e romana*, *História Sagrada e do Brasil*, reunidas em um único volume, *História Geral do Brasil e Episódios da história pátria*, todos eles dirigidos à infância e à escola. Esses livros compunham a biblioteca masculina dos irmãos, dos primos ou dos pais das memorialistas. Quando declarados através das lembranças eles recuperam o cenário sexista que marcou a história da escolarização brasileira.

---

<sup>10</sup>Segundo Laura Oliveira Rodrigo Octávio, o livro *Contos Infantis* era usado imediatamente após a etapa de alfabetização.

<sup>11</sup>Na obra de Samuel Neto et al. (1974, p. 159) e também em Menezes (1978, p. 206), *O Compêndio da Gramática Nacional*, utilizado no ensino da leitura como complemento para o estudo da disciplina gramatical, é conhecido por *Gramática Coruja*.

<sup>12</sup>Essa cartilha e os dados sobre ela foram, inicialmente, identificados nas memórias de Maria da Glória Quartim de Moraes – *Reminiscências de uma velha*. Mais tarde, localizei suas referências no *Grande Dicionário Portuguez ou Thesouro da Lingua Portuguesa*, do Dr. Fr. Domingos Vieira. Porto, 1873, p. 127 (vol. II) e, também, em *Lello Universal: Dicionário Enciclopédico Luso-brasileiro*. Porto, s.d., p. 482 (vol. I). Porém, essa cartilha escolar de uso para leitura não é a mesma da *Cartilha da doutrina cristã*, ou *Cartilha nova da doutrina cristã*, do Abbade de Salomonde, vol I. Cart. (A.L.G.) localizada no *Catálogo da Livraria Academica da Casa Garraux* (...). São Paulo, s.d., p. 4.

---

No trânsito desorganizado da memória, os títulos, escritores e publicações destinados à instrução vão aparecendo, sobrepondo-se e complementando os depoimentos femininos revisitados. Por meio dos títulos e de suas referências é possível perceber algumas concepções que prevalecem no século XIX, e que se estendem ao século XX. A cultura enciclopedista e clássica é, sem dúvida, uma das marcas expressivas desse *continuum*, nas primeiras décadas dos novecentos. A ela segue-se uma tradição literária abastecida de outros gêneros textuais comuns para a época e que contracenaram, também, no mundo escolar. Refiro-me, particularmente, às antologias poéticas, ensaios literários, seletas e miscelâneas presentes tanto nos espaços de instrução quanto nos da casa e da rua.

Nessa categoria sabe-se da primeira obra de Prisciliana Duarte de Almeida dirigida à escola. Intitula-se *Páginas Infantis*, de 1898, seguida de *O livro das aves* – uma antologia poética, também de uso escolar. Ambas tiveram grande êxito de reedições e o apoio de educadores renomados da época. Outras seletas de grande sucesso escolar foram *O livro da infância* (de 1899) e *Alma Infantil*, de autoria de Francisca Júlia, aprovados pelo governo do estado de São Paulo e pela diretoria da Instrução do Distrito Federal. Ambas são compostas por série de recitativos, monólogos, diálogos, cenas escolares, brinquedos infantis e hinos. Uma espécie de material didático ou paradidático ao sabor das práticas de memorização, recitação e oralização muito presentes como atividades escolares da época e, até certo ponto, ainda hoje.

Se a história sobre a literatura permite rever alguns textos e impressos em circulação no Brasil, há outros que passam quase despercebidos, embora tenham concorrido junto aos gêneros literários para a infância. Refiro-me às leituras religiosas, sobretudo a da Bíblia, que assume um papel significativo na formação do imaginário infantil e feminino tanto quanto àquelas que destinavam-se ao público mirim.

Enquanto ela [referindo-se à mãe] figura em minha lembrança daqueles tempos como o centro de minha vida, não associo meu pai a nenhum passeio, a nenhuma determinação que me alterasse a conduta, a nenhuma lição, apenas às histórias que nos contava de noite, no silêncio e na escuridão da sala de visitas. Algumas eram contos de fadas inventados por ele, outras eram da História Sagrada. Ao contar alguma destas, permitia-nos olhar para seu exemplar da Bíblia, com ilustrações de Gustavo Doré (NABUCO, p. 169).

Com relação às cartilhas e manuais de leitura, a reconstituição de alguns títulos é esclarecedora para a afirmação de certas práticas que transcorriam, tanto no espaço escolar, quanto fora dele. Refiro-me aos livros de leitura de Abílio César Borges, de Felisberto de Carvalho, do Cônego Fernandes Pinheiro e do Padre Ignácio citados em contextos de sala de aula, a partir da prática da leitura em voz alta, seguida da cópia e do treino caligráfico.

Em janeiro de 1902 matriculei-me na escola primária de Abre Campo. Já sabia contar até 100 e conhecia o alfabeto, tinha verdadeiro encantamento pela professora, pelas colegas, pela escola. As aulas funcionavam num grande salão, no pavimento térreo de um dos melhores sobrados locais. A mobília compunha-se de vinte ou trinta bancos, com altas carteiras, quase da largura da sala, onde se acomodavam as alunas. À frente, a mesa da professora. Os quatro anos do curso ali se reuniam. As lições de Leitura, Geografia e História eram estudadas em voz alta. A tabuada era cantada. À hora da escrita, cobríamos debuxos ou copiávamos um traslado caprichosamente feito pela mestra, em papel almaço azul claro. Para a época, a nossa escola era uma das melhores. Lembro-me bem da carícia que D. Finia me fez. Ela era educada e carinhosa, embora enérgica. Aos conhecimentos

---

necessários para lecionar as primeiras letras, reunia grande habilidade para trabalhos manuais e desenho. Exímia costureira, conhecia bem música e tinha uma tendência especial para organizar e ensaiar teatrinhos infantis. Com ela aprendi a ler, venci as primeiras dificuldades da Cartilha Nacional, passei ao primeiro livro de Felisberto de Carvalho e cheguei ao segundo livro de Abílio (ARREGUY, 1996, p. 16).

O depoimento de Maria da Glória Arreguy – memorialista nascida em 1895, no interior de Minas Gerais – sublinha alguns manuais de leitura adotados nos estabelecimentos de ensino público. Suas referências acrescentam títulos, como: *A Cartilha Nacional* (1880) e o primeiro livro de leitura de Felisberto de Carvalho – *Silabário*. O segundo livro de Abílio César Borges<sup>13</sup> e outros livros ligados ao ensino de História e Geografia da série de F. de Carvalho e Hilário Ribeiro – *Na Terra, no Mar e no Espaço* (o terceiro livro de leitura) e *Pátria e Dever, Elementos de Educação Moral e Cívica* (o quarto livro da série escolar).

### OUTROS ITINERÁRIOS DE LEITURA

Essas obras, como outras, atendiam a uma concepção vigente de leitura. Concebia-se que ler é uma atividade de saber bem dizer o texto e, nesse sentido, precisa ser modalizada em sua entonação e pontuação através do exercício em voz alta que serve, tanto para o controle do mestre, quanto para a imitação dos colegas.

Dessa forma, dizer o texto oralmente ou, de outro modo, ler um texto é uma atividade a ser ensinada/aprendida a partir da ênfase na “natureza oral da leitura”, na afirmação do gosto literário, na ampliação do vocabulário e na repetição/reprodução do que é lido. Esses procedimentos se afinam com as práticas de oralização das leituras, de recitação e de memorização tão frequentes no século XIX (ZILBERMAN, 1997, p. 21-40).

D. Elisa tinha verdadeira intuição do ensino moderno, e adotou o Método João de Deus,<sup>14</sup> para aprendizagem de leitura, autêntica inovação na época. Tudo se ensinava conversando, e Marietta se revelou extraordinária, metendo naquelas cabeças xucas de italianinhas não só as primeiras letras, como cantos, lindas músicas de autoria do Maestro Elias Lobo. Nunca iniciamos um período de aulas sem uma canção. Depois foram as aulas de trabalhos manuais nas quais Marietta conseguiu de suas alunas uma exposição de camisas, peça de roupa que agora se ignora, e que era, no tempo, a primeira peça do vestuário feminino. Havia aulas com tornos, tecelagens, e a geografia física era ensinada em grandes tabuleiros de areia! Como era divertido (OCTÁVIO, 1974, p. 39).

Nessa perspectiva, a literatura assume valor imprescindível para o sucesso dessa pedagogia de leitura uma vez que os escritores fornecem, através de suas obras, o elenco das leituras exemplares de uso escolar. Constitui-se uma sociedade tácita que beneficia e movimenta o mercado da leitura, dentro e fora do âmbito escolar.

---

<sup>13</sup>Os livros de Borges começaram a ser produzidos nos anos sessenta do século XIX e, segundo afirma Regina Zilberman, ultrapassaram os anos de 1888 (Zilberman, 1997, p. 24).

<sup>14</sup>Segue-se a seguinte observação de Laura Octávio em nota de rodapé: “Acabo de ler (setembro de 1961) na Antologia para a Infância de Henriqueta Lisboa a poesia Hino de amor (...) que fechava a nossa cartilha de João de Deus”

---

Esses ensaios em favor de uma pedagogia nacional, em favor da leitura e da escolarização, movimentaram diferentes instâncias ligadas à instrução pública e particular, o mercado livreiro e editorial, a sociedade literária e a participação feminina no magistério.<sup>15</sup>

Como afirma Maria de Lourdes Eleutério:

Considerado gênero menor, a literatura escolar no Brasil da primeira República tem, contudo, outras dimensões além de educar. Seguramente é prestígio e dinheiro para o homem, mas para a mulher, escrever textos de literatura escolar significava uma extensão intelectual da vocação de ser mãe, com a vantagem de poder ingressar no universo literário, até então um privilégio masculino. Tarefa difícil, como é fácil prever, pois se a demanda aumentava, a oferta de livros para uso escolar também se avolumava, atraindo para si os autores consagrados da república das letras (ELEUTÉRIO, 1987, p. 90).

Outros estudos<sup>16</sup> também apontam o crescimento da demanda por textos e por escritores-didáticos em um momento em que o imaginário social borbilhava construindo representações em torno da edificação da pátria, da República e da formação do cidadão.

Assim, o mercado que contava com nomes consagrados como Olavo Bilac, Coelho Neto, Raimundo Corrêa, Afonso Celso, Alberto Pimentel, Sílvio Romero, Afrânio Peixoto e outros, passou a acolher escritoras, como Júlia Lopes de Almeida, Presciliana Duarte e Francisca Júlia.

Segundo Laura Octávio, à *Cartilha de João de Deus*, utilizada para a alfabetização, seguiram-se os livros *Contos Infantis*, de Júlia Lopes de Almeida e Adelina Lopes Vieira e *Coração*, de Edmundo Amicis.

*Contos Infantis* (1886) fora aprovado pela Instrução Pública da Capital da República e, logo de saída, alcançou três edições subseqüentes, cada uma delas com uma tiragem de 5.000 exemplares, chegando ao total de 17 edições.<sup>17</sup> Quanto ao *Cuore*, ele atingiu numerosas cifras de exemplares e de traduções no Brasil. Conhecido como livro de leitura escolar e também um clássico da literatura infantil, a influência sobre as crianças redundou em influência até sobre alguns escritores brasileiros como Romão Puiggari, Arnaldo Barreto, Olavo Bilac, Júlia Lopes e outros (PFROM, 1974, p. 174).

O uso desses livros passa pelos internos da casa e pelos bancos escolares como parte das práticas usuais na época. São leituras de acesso na família e na escola, lidos intensivamente, associados em atividades de cópias não só dos textos poéticos, como também dos dados biográficos sobre os autores estudados.

Num momento de liberdades tuteladas, ler não é atividade livre entre quem escreve (o escritor) e quem busca (o leitor). O sentido está dado, os modos de ler, de antemão, asseguram as finalidades da leitura e a censura alerta impugna os desviantes. É assim que o modelo de leitura em voz alta e intensiva combina articuladamente com a concepção de leitura presente no fim do século

---

<sup>15</sup>O período imperial, em relação às escolas, pode ser caracterizado como um momento marcadamente descontínuo em relação às regras educacionais. Os poucos estabelecimentos têm vida própria e isolada uns dos outros, atendem, em sua maioria, apenas à elite branca brasileira e padecem de um sistema regular que desse a eles uma feição mais unificada e democrática. O advento da República possibilita à escola a construção de um sistema mais padronizado em função dos ideais republicanos e das novas exigências com a urbanização e a industrialização.

<sup>16</sup>Apenas para citar alguns: Telles (1987); Hollanda (1992); Quadros (1993); Lajolo e Zilberman (1996) dentre outros.

<sup>17</sup>Ver a esse respeito Eleutério (1987, p. 93). (1974, p. 39).

---

XIX. A escola retratada pelas imagens femininas não oferece como possibilidade de leitura (para as leitoras) muito mais que o letramento mínimo necessário para a época, ou seja, ler e escrever corretamente.

À contra-regra intensifica-se um outro modelo de leitura – silenciosa e extensiva – cujas possibilidades de descobertas são sempre pessoais, sem intermediários ou intérpretes. Sob essas condições a autoridade escolar não estende suas balizas metodológicas e avaliativas. As leitoras vão estabelecendo seus gostos e exercitando suas preferências das maneiras mais diversas e adversas: às portas fechadas, debaixo da cama, pulando janelas, abrindo tabique, violando os segredos dos armários fechados, escondendo livros dentro de outros, através das trocas com vendedores e vizinhos, empréstimos e todo o “contrabando” possível de ser guardado debaixo do colchão apesar e para além da vigilância sobre o que as meninas-moças deveriam ler.

Assim, a leitura percorre *caminhos* (im)prováveis e, nesse caso, reencenada pelo olhar feminino como parte do conhecimento de uma época.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCAR, José de. *Como e por que sou romancista*. Adapt. ortográfica Aquino Pereira). São Paulo: Pontes, 1990.
- AMICIS, Edmundo. *Coração*. São Paulo: Teixeira & Irmão, 1891.
- ARREGUY, Maria da Glória D'Avila. *Antes que toque a meia-noite: memórias de uma professora*. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. Gráfica da Fund. Cultural de BH, 1996.
- BARROS, Maria Paes de. *No tempo de dantes*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- BINZER, Ina von. *Os meus romanos: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil*. Trad. Alice Rossi et al. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- BITTENCOURT, Anna Ribeiro de Goes. *Longos serões do campo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. 2 v.
- CARDOSO, Maria Helena. *Por onde andou meu coração*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.
- CARMO, Clotilde do. *Aluna do telhado*. São Paulo: Loyola [s.d.]. Mimeogr.
- CASTRO, Maria Eugênia Torres Ribeiro de. *Reminiscências*. 2. ed. Rio de Janeiro: Cátedra, 1975.
- DUPRÉ, Maria José. *Os caminhos*. São Paulo: Saraiva, 1969.
- ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. *De esfinges e heroínas: a condição da mulher letrada na transição do fim do século*. Tese (doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.
- GATTAI, Zélia. *Anarquistas, graças a Deus*. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 1985.
- HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: T. A. Queiroz; Edusp, 1985.
- HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. Archive IHEAL.
- LACERDA, Lillian Maria de. *Album de leitura: memórias de vida, histórias de leitoras*. Tese (doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, 1999.
- LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary del (org.) *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. p. 443-481.
- MACEDO, Joaquim Manuel. *Memórias da rua do Ouvidor*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952. (Biblioteca Pedagógica Brasileira, série V, v. 275).
- MENEZES, Raimundo de. *Dicionário literário brasileiro*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.
- MORAES, Maria da Glória Quartim de. *Reminiscências de uma velha*. [s.l.]: [s.n.], 1981. Coleção Vovó Vita.
- MORAES, Rubem Borba de. *Livros e bibliotecas no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1979.
- MORAES, Rubens Borba; ALMEIDA, Ana Maria Camargo. *Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro*. São Paulo: SEC, 1981.

- 
- MORLEY, Helena. *Minha vida de menina*. 16. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.
- NABUCO, Carolina. *Oito décadas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.
- OCTAVIO, Laura Oliveira Rodrigo. *Elos de uma corrente: seguidos de outros elos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.
- PFROM NETO, Samuel et al. *O livro na educação*. Rio de Janeiro: Primor/MEC, 1974. ed. Ilust.
- QUADROS, Jussara Menezes. *Literatura e edição no Brasil na primeira metade do século XIX (1837-1864)*. Tese (doutorado em Estudos da linguagem) – Instituto de Estudos de Linguagem IEL/Unicamp, Campinas, 1993.
- RENAULT, Delso. *O Rio antigo: nos anúncios de jornais*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.
- RIBEIRO, Arilda. *A educação feminina durante o século XIX: o Colégio Florence de Campinas 1863-1889*. Campinas: Centro de Memória/Unicamp, 1996. Coleção Campiniana, 4.
- SOUZA, Norberto de. *Brasileiras célebres*. Rio de Janeiro: Livraria B. L. Garnier; Paris: Garnier Irmãos, 1862.
- TAKESHITA, Hemengarda Lemes Leite. *Um grito de liberdade: uma família paulista no fim da belle-époque*. São Paulo: Alvorada, 1984.
- TAMBARA, Eleomar. A educação feminina no Brasil ao final do século XIX. *História da Educação*, Pelotas, Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores, v. 1, n. 1, p. 61-90, abr. 1997.
- TEIXEIRA, Maria de Lourdes. *A carruagem alada*. São Paulo: Pioneira, 1986.
- TELLES, Norma. *Encantações: escritoras e imaginação literária no Brasil – século XIX*. Tese (doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1987.
- ZILBERMAN, Regina. O Leitor e o Livro. In: *Dossiê: Memória Social da Leitura*, Horizontes/Universidade São Francisco. Bragança Paulista: Núcleo de Publicação e Divulgação Científica do IPPEX/EDUSF, (15), p. 21-40, 1997.
- ZILBERMAN, Regina; LAJOLO, Marisa. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.

### **RESUMEN**

*El título se refiere a algunas consideraciones sobre la enseñanza de la lectura y de la literatura en una sociedad cuyo proceso de formación y de instrucción pública se encuentra en discusión y en desarrollo. La revisión de la sociedad imperial-republicana, entre mediados del siglo XIX y comienzos del siglo XX, implica, dentro de este artículo, la problematización de algunas de sus prácticas, en particular las de la escolarización. En ese sentido, me reapropio de una parcela de la producción historiográfica con la cual vengo trabajando, tales como: textos de la época, autobiografías femeninas, tesis y artículos científicos. Esta documentación ayuda a elucidar algunos aspectos de esa sociedad, sus modelos de socialización del conocimiento y el papel de la escuela en tal dinámica.*

**Palabras-clave:** lectura, educación, femenino.

### **ABSTRACT**

*The title refers to some considerations about the teaching of literature and literacy in a society which is currently discussing and developing its formation and public instruction process. To review the empire-republican society of the middle of the XIX century and early XX century means, inside this article, to create a problem around some of its practices, amongst which, education. In this direction, I use a good stake of the historiography production with which I have been in touch recently, such as: texts, female autobiographies, thesis and scientific articles. This documentation helps me to clarify some of this society's aspects, its knowledge socialization models and the school's role in this dynamics.*

**Keywords:** reading, education, feminism.